



Número: **0862319-27.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **10ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **03/10/2019**

Valor da causa: **R\$ 11.812,50**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA (AUTOR)		JOSEANE ELLEN DE MELO FELICIANO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
25006277	03/10/2019 15:46	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
25006475	03/10/2019 15:46	<a href="#">SCAN_20191003_154709288</a>	Outros Documentos
25639536	30/10/2019 17:41	<a href="#">Despacho</a>	Despacho

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA DA COMARCA DA CAPITAL/PB**

**MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA, CPF nº 107.652.494 - 05, Brasileira, Do lar, Solteira, Residente e Domiciliada na Rua José Tavares, nº 72, Cristo Redentor, JOAO PESSOA/PB, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de sua procuradora signatária, conforme instrumento em anexo, mover a presente:**

**Ação De Cobrança DA DIFERENÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – [DPVAT](#)**

Em face da LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, situada na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro-RJ, onde deverá ser citada na pessoa de seu representante legal para, querendo, responder aos termos da presente demanda, sob pena de revelia e confissão pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir:

**DA JUSTIÇA GRATUITA**

Em virtude da situação Promovente de não poder arcar com as custas, emolumentos e demais despesas processuais e, por preencher os requisitos legais então previstos, a mesma requer, desde já, os benefícios da Justiça Gratuita, nos termos do Inciso XXXIV, do Art. 5º, da Constituição Federal, e das Leis nº 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86.

**I – DOS FATOS**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em **23/07/2018, Cruz das Armas – Joao Pessoa/PB**, sofrendo lesões corporais, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura de Úmero distal, conforme laudo médico acostado a exordial.**

**Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor R\$ 1.687,50(hum mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 05/09/2019.**

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional dos membros supra mencionados corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme relatórios médicos acostado em anexo.

-

**II- DO DIREITO**

O próprio nome do Seguro [DPVAT](#) é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o [DPVAT](#) é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.



O Seguro Obrigatório [DPVAT](#) foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do [DPVAT](#) são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 Artigo 8º, que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)), o **Autor faz jus à indenização financeira pelas seqüelas decorrentes do acidente de trânsito**, ou seja, **da invalidez permanente**, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, *in verbis*:

*“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no Artigo 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte;*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente;*

*III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.”*

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez **a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão**. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro [DPVAT](#) quando resulta de um **acidente causado por veículo** e é **permanente**, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável.

A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada **integralmente ou em parte**.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susmencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

*“Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”*

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

**“APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. [DPVAT](#). INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO.** 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º 1/75 de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º 6.194/74, de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro [DPVAT](#) na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e



aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. [3](#). A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação.” **Dado parcial provimento aos recursos.** (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.

*Ex positis*, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP e em Medida Provisória, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

**“SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE.** Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Conforme o art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), com a redação anterior à Lei [11.482/2007](#), o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b` do art. [3º](#) da Lei nº [6.194/74](#) não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo”. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/03/2009)

**Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o Artigo 789 do novel Código Civil o que atentaria ao princípio da dignidade humana.**

:

**SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro [DPVAT](#), nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº [6.194/1974](#) não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo [3º](#), da Lei [6.194/74](#) não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. **APELO PROVIDO** (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarparo, Julgado em 29/08/2008)

**“SEGURO [DPVAT](#). INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA.** A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que,



no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. *Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação*. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista os inúmeros ferimentos, sendo lesões preocupantes no Autor, tais como: **Fratura de Úmero distal, conforme laudo médico acostado a exordial**, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao serviço, uma vez que permanece debilitado.

Destarte, não há falar em aplicação de limitadores no valor da indenização, estabelecidos mediante graduação de invalidez permanente, arbitrados em normas de hierarquia inferior, pois não é dado à Resolução restringir benefício se a lei ordinária regulamentada não o fez. Atende-se. Com tal entendimento, a interpretação histórica da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “*mens legislatoris*”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da [Constituição Federal](#).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o [DPVAT](#) merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes seqüelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

### III – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

- a) A citação da **SEGURADORA LÍDER SEGURADORA DOS CONSORCIOS DPVAT**, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto aos fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro [DPVAT](#) a parte Autora, no valor de **R\$ 11.812,50(onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**, conforme previsto pela Lei nº 6.194/73, corrigidos desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação;
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica;
- e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes das Leis nº. 5.584/70 e 1.060/50, com a redação que lhe deu a Lei nº 7.510/86, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;
- f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor **R\$ 11.812,50(onze mil oitocentos e doze reais e cinquenta centavos)**



Espera Deferimento.

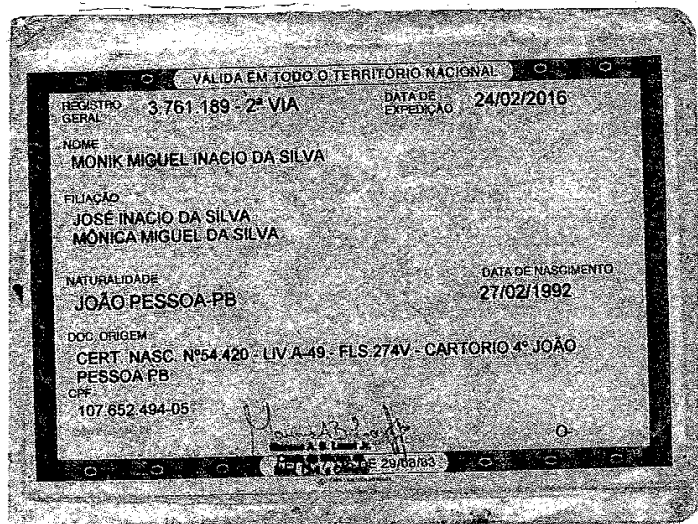
**Sape-PB, 11/09/2019**

**JOSEANE FELICIANO**

**OAB/PB 13.030**







**CAGEPA**  
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAIBA  
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB  
CEP: 56.015-570 - CNPJ: 08.123.054/0001-87

PARA CONTATO COM A C  
INFORME ESTE NÚM  
MATRÍCULA  
375489

REFERÊNCIA  
JUL/2019

CONTA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

FRANCISCO A DE LIMA  
RUA DEP JOSE TAVARES, 72 - CRISTO REDENTOR JOAO  
PESSOA PB 58070- 620

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias	Responsável
001.020.180.0360.000	000	1 0 0 0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Es
			LIGADO	POTENCIA

ANTERIOR	ATUAL	CONSUMO (M3)	NUM DE DIAS	PROXIMA LEITURA
	10			05/08/2019

HIST. CONS./ANOR. LEIT. I QUALID. AGUA-ANEXO 20 PORT. 05/2017 M:

	PARAMETROS	EXIG.	ANALIS.	CONFORM
JUN/2019	10			
MAI/2019	10	TURBIDEZ	0	0
ABR/2019	10	CLORO	0	0
MAR/2019	10	COL.TERMOT	0	0
FEV/2019	10	COR	0	0
JAN/2019	10	COL.TOTAIS	0	0
MEDIA(M)		DADOS REFERENTES A: MAI/2019		

DATA DA IMPRESSÃO: 08/07/2019 HORA DA IMPRESSÃO: 09:41:

DESCRICA	CONSUMO	TOTAL(R\$)
ÁGUA		
RESIDENCIAL 1 UNIDADE(S)		
CONSUMO DE ÁGUA	10 M3	37,91
ESGOTO		

VALOR APROXIMADO DE TRIBUTOS: R\$ 3,51 PIS E CONFINS. LEI 12.741/

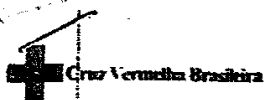
VENCIMENTO: 21/07/2019 Total a Pagar: R\$ 37,

CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA  
CONDIÇÃO DO FATURAMENTO: NAO MEDIDO TIPO DE TARIFA:

INFORMAÇÕES GERAIS:  
#CHEGADETRABALHOINFANTIL

COMPREV  
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A  
11.06.2019  
PROTOCOLADO  
AG. JOÃO PESSOA





Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto Lucena



GOVERNO  
DA PARAÍBA

AL ORESTES LISBOA, SR - PEDRO GONÇALVES - CNES: 123312 - Tel: 8332165700

Boletim de Atendimento: 1071987

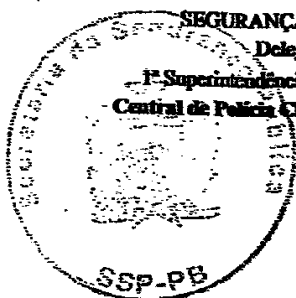


Identificação do paciente				
ID 1274641	Nome MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA	Sexo Feminino		
Data de nascimento 27/02/1992	Idade 26 anos 1 mes	Estado civil	Religião	Profissão
Mãe RONICA MIGUEL DA SILVA	Pai JOSE INACIO DA SILVA			
Escolaridade	Responsável (Parentesco) CRISLAINE MIGUEL DA SILVA - IRMÃO(A)			
DDD Móvel 83	Fone Móvel 987523752	DDD Fixo 83	Fone Fixo 32217174	
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 3761189	NP Cns 207217406940006		
Local de origem JOÃO PESSOA	Tipo BARRIO		UF PB	
Email	Naturalidade JOÃO PESSOA	CBOR		
Endereço				
CEP 58013432	Município de residência JOÃO PESSOA	UF PB	Logradouro COREMAS	
Número 610	Complemento	Bairro CENTRO		
Admissão				
Data 27/03/2016	Número da pulseira 1000006491146	Convênio SUS		
Especialidade CIRURGIA GERAL	Clínica			
Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAÚDE			
Caráter de atendimento	Modo de atendimento AUTOPOL-AMBIATO	Detalhe do acidente OUTROS		
Indicadores e Transporte				
Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não	
Meio de transporte CARRO PARTICULAR	Quem transportou			
Sinais Vitais				
PA X	maHg	Pulso	Temperatura	
Exames complementares				
Raio X <input type="checkbox"/>	Sangue <input type="checkbox"/>	Urina <input type="checkbox"/>	TC <input type="checkbox"/>	Líquor <input type="checkbox"/>
ECG <input type="checkbox"/> - Ultrassom <input type="checkbox"/>				
Dados clínicos				
Diagnóstico				
Atendido por SANDRA CAROLINA GOMES RIBEIRO				
CD				
Tempo S2seg				

Imprimir







SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
Delegacia Geral da Polícia Civil  
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil  
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor  
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA  
CIVIL**  
PARAÍBA



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**  
Secretaria de Estado da  
Segurança e da Defesa Social

**CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA**

**Nº 08278.01.2019.1.00.401**

**CERTIFICO**, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 08278.01.2019.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 13:09 horas do dia 24 de julho de 2019, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvêa Neiva, matrícula 1560913, e lavrado por Gersa Cavalcante Nogueira, Agente de Investigação, matrícula 1273396, ao final assinado, compareceu **Monik Miguel Inácio da Silva**, CPF nº 107.652.494-05, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), profissão Do Lar, filho(a) de Mônica Miguel da Silva e José Inácio da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 27/02/1992 (27 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua José Tavares, Nº 72, bairro Cristo Redentor, tendo como ponto de referência Próximo Ao Colégio Padre Migelino, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99181-6739.

**Dados do(s) Fatos:**

**Local:** Av. Cruz das Armas, Próximo Ao Cemitério, João Pessoa/PB, bairro Cruz das Armas; **Tipo do Local:** via/local de acesso público (rua, praça, etc); **Data/Hora:** 27/03/18 14:00h. **Tipificação:** em tese, capitulada no(s) **LEI 9.503/97 ART. 303 § 1º: LESÃO CORPORAL NO TRÂNSITO.**

**E NOTIFICOU O SEGUINTE:**

**QUE NO DIA 27/03/2018, POR VOLTA DAS 14:00 HORAS, ESTAVA ATRAVESSANDO A AV. CRUZ DAS ARMAS, PRÓXIMO AO CEMITÉRIO DE CRUZ DAS ARMAS, QUANDO FOI ATROPELADO POR UMA MOTO NÃO IDENTIFICADA NO LOCAL, SENDO SOCORRIDA POR VEÍCULO PARTICULAR, PARA O HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA, SENDO CIRURGIADA, TENDO ALTA MÉDICA NO DIA 05/05/2018**

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expço a presente Certidão. A referida é verdadeira. Dou fé.

João Pessoa/PB, 24 de julho de 2019.

**GERUSA CAVALCANTE NOGUEIRA**  
Agente de Investigação

**MONIK MIGUEL INÁCIO DA SILVA**  
Noticiante

**Feliciano da Silva**  
SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL  
Autentico a presente cópia, reprodução fiel do original apresentado. Em testemunho da verdade.  
São-PB 21/08/2019 15:12:07  
Márcia de Lourdes Castro Gusmão - Secretária  
[2019-004609] EMDL:R\$ 2,40 SANCIONADO: 0,25 FEPJ:R\$ 0,50  
SELO DIGITAL: A1Y62866-633A  
Confira a autenticidade em <https://selodigital.tjpb.jus.br>


**CARTÓRIO UNIFICADO**  
Tábelia Substituta  
Márcia de Lourdes Castro Gusmão  
Escriturante  
Av. Com. Renato Ribeiro Coutinho, 1746  
Fone: (83) 3283-2341/9313-3163  
CEP 58340-000 - São-PB

**COMPREV**  
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.  
22 ABR. 2019  
**PROTOCOLO**  
**AG. JOÃO PESSOA**

**Procedimento Policial: 08278.01.2019.1.00.401**



## PROTOCOLO DE ENTREGA DE DOCUMENTOS

 Seguradora Líder dos  
Consórcios do Seguro DPVAT

### IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0290519/19

**Vítima:** MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA

**CPF:** 107.652.494-05

**Seguradora:** MAPFRE VIDA S/A

**CPF de:** Próprio

**Data do acidente:** 27/03/2018

**Titular do CPF:** MONIK MIGUEL INACIO  
DA SILVA

### DOCUMENTOS ENTREGUES

#### Sinistro

Boletim de ocorrência  
Comprovação de registro de acidente declarado  
Declaração de Inexistência de IML  
Documentação médico-hospitalar  
Documentos de identificação  
Outros

**MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA : 107.652.494-05**

Autorização de pagamento  
Comprovante de residência

3190495168

### ATENÇÃO

- O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da entrega da documentação completa. Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatseguro.com.br](http://www.dpvatseguro.com.br) ou ligue 0800-0221204.

- A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194 / 74.

Documentação recebida sem conferência.

A documentação solicitada dos documentos indicados em originais, ou cópias autenticadas, precisam estar devidamente protocolados como comprovante de entrega por meio de chancela ou carimbo, e os mesmos devem ser digitalizados no ato do atendimento para inclusão no aviso de sinistro digital.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

#### Portador da documentação entregue

Data da entrega: 22/08/2019  
Nome: MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA  
CPF: 107.652.494-05

MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA

#### Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 22/08/2019  
Nome: NATALIA SOARES ALVES DA SILVA  
CPF: 105.999.304-03

NATALIA SOARES ALVES DA SILVA

*Análise*





# RELATÓRIO DE CIRURGIA

Q



Nome: Monik Miguel Imoco da Silva BE/Prontuário: 1071907  
Idade: \_\_\_\_\_ Sexo: ( ) Masculino (X) Feminino Cor: \_\_\_\_\_ Data: 1/1/18  
Clínica/Setor: Ortopedia EMP: \_\_\_\_\_ LR: \_\_\_\_\_  
Cirurgia: Tratamento cirurgico de fx de umero distal @  
Cirurgião: Dr. Alexandre 1º Assistente: Dr. Pacelli  
2º Assistente: MR1 Daniel 3º Assistente: \_\_\_\_\_  
Instrumentador: Joelma Anestesista: \_\_\_\_\_  
Tipo de Anestesia: Deo Sacro Horário: Início \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_ Término \_\_\_\_\_ : \_\_\_\_\_

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>fx de umero distal @</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Tratamento cirurgico de fx de umero distal @</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ( ) Sim (X) Não. Descrição: \_\_\_\_\_

Biopsia de Congelação: ( ) Sim (X) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

(X) Enfermaria ( ) Terapia Intensa ( ) Residência ( ) Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: Daniel Conserva Arruda  
MÉDICO  
CRM 11134

João Pessoa, 02/05/18

F(NG).ASCIR.009-1



## PROCURAÇÃO "AD-JUDÍCIA ET EXTRA"

Outorgante: MONIA MIGUEL INACIO DA SILVA

profissão de Lda, estado civil: SOLTEIRA, CPF nº

10265249405, carteira de identidade nº 3751169,

endereço: Rua Do P. José Tavares 12

Cidade: J. Pessoa, Estado: PB.

**OUTORGADA:** A advogada JOSEANE FELICIANO, OAB/PB 13.030, com endereço profissional na Av. Camilo de Holanda, 475, Sala 102, Centro, João Pessoa, Paraíba.

**PODERES:** Amplos e ilimitados para o foro em geral, com cláusula "ad-judícia et extra", na instância administrativa e/ou judicial, podendo propor contra quem de direito, a competente ação, usando os recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe ainda, poderes especiais para receber citação inicial, confessar, e conhecer a procedência do pedido, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, agindo em Juízo ou fora dele, dando tudo por bom, firme e valioso.

João Pessoa, 03 de outubro de 2019.

cf. n.º 1 Miguel J. de Silva  
OUTORGANTE



**Nº do Processo: 0862319-27.2019.8.15.2001**  
**Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]**  
**AUTOR: MONIK MIGUEL INACIO DA SILVA**  
**RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

Num. 25639536 - Pág. 1